

**AgRg nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.348 - MG
(2018/0129498-3)**

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : DESIREE ANNE SALLES
ADVOGADO : HÉLCIO VALENTIM DE ANDRADE FILHO E OUTRO(S) -
MG051859
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. DISPOSIÇÃO REGIMENTAL AMPARADA PELO DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL DE 2015 E TAMBÉM PELO ART. 3º DO CPP. PLEITO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DESDE O JULGAMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES POR AUSÊNCIA DO RELATOR DO VOTO VENCIDO QUE ABRIGA A DIVERGÊNCIA FAVORÁVEL À AGRAVANTE. MATÉRIA SUSCITADA SOMENTE NAS RAZÕES DO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DO DEVIDO PREQUESTIONAMENTO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. MERA PRESUNÇÃO. REGIMENTAL QUE PRETENDE A REDISCUSSÃO DAS MATÉRIAS JÁ ENFRENTADAS.

1. O julgamento monocrático pelo relator encontra respaldo legal nas disposições contidas nos arts. 253 do RISTJ e 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, aplicável à matéria criminal por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal.
2. É indispensável para o conhecimento do recurso especial o efetivo enfrentamento da questão pelas instâncias ordinárias, uma vez que se torna inviável a análise de suposta negativa de vigência a texto de lei sem que tenha havido a devida apreciação da tese perseguida no acórdão combatido. Precedentes.
3. A jurisprudência desta Corte Superior tem considerado que o princípio do *pas de nullité sans grief* exige a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, independentemente da sanção prevista para o ato, podendo ser tanto a de nulidade absoluta, quanto a relativa, pois não se declara nulidade por mera presunção.
4. A agravante não logrou êxito em demonstrar qualquer argumento capaz de modificar as razões expostas na decisão ora combatida, em uma nítida tentativa de rediscussão da matéria enfrentada e rechaçada monocraticamente.
5. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

